

## Alvaro e Sibá pregam o fim do voto secreto

Alvaro Dias apelou aos parlamentares para que aprovelem as propostas que estabelecem voto e sessões abertos no julgamento de perda de mandato. Sibá Machado disse que é hora de retirar da Constituição “o lixo histórico”. **Página 4**

Gerúlio Margela



Tião Viana (E), ao lado de João Pedro, aguarda nova representação

## Conselho examina segundo processo contra Renan

O segundo processo contra Renan Calheiros, relatado por João Pedro, pode ser votado ainda amanhã no Conselho de Ética. Essa é a previsão do presidente do colegia-

do, Leomar Quintanilha. Hoje, deve ser encaminhada ao vice-presidente da Casa, Tião Viana, a quarta representação, que será examinada pela Mesa.

**Página 5**

# Oposição promete boicotar exame da CPMF

Uma frase de Delcídio Amaral – “prorrogar a CPMF no Senado vai ser uma guerra” – traduz o clima que precede a chegada da proposta que prorroga a contribuição até 2011. O projeto ainda se encontra em votação na Câmara, mas, no Senado, o Democratas, partido de oposição com maior número de representantes, já anunciou que fechará questão contra a medida. O PSDB, segundo maior partido opositor na Casa, também demonstra má vontade com a prorrogação. Criada como imposto provisório, a CPMF foi renovada quatro vezes. **Página 3**

Leopoldo Silva



## Projeto obriga União a financiar ensino superior nos estados

Projeto na pauta da Comissão de Educação visa à expansão da oferta de vagas e à melhoria da qualidade dos cursos. **Página 6**

O Brasil visto do espaço por um satélite pode ser acompanhado pelo público em uma exposição no Senado. Resultado de parceria entre o Brasil e a China, o satélite produz imagens para monitoramento de recursos hídricos e controle de desmatamentos. **Página 8**



## Empresas cobram regras para mercado de carbono

Em debate realizado ontem na sede da Fiesp, em São Paulo, empresários e parlamentares concordaram sobre a necessidade urgente de regulamentar o mercado brasileiro de créditos de carbono. Esse mecanismo – criado oficialmente em 1997, pelo Protocolo de Kyoto – permite que países

ricos comprem de outras nações, como o Brasil, certificados vinculados a empreendimentos que reduzam as emissões de dióxido de carbono. O encontro de ontem foi promovido pela comissão especial do Congresso que trata das mudanças climáticas. **Página 8**



Jane Araújo

Renato Casagrande, entre os deputados Rebecca Garcia e Eduardo Gomes, lembra peso das queimadas na emissão de gases



Mudanças incluem *layout* leve, mais visibilidade para o sistema de busca de notícias e avanços na navegabilidade

## Está no ar a nova página da Agência Senado na internet

Desde ontem, a Agência Senado está de cara nova. As mudanças ocorrem no momento em que a agência atinge a marca de um milhão de acessos por mês.

Segundo a diretora da Agência Senado, Valéria Ribeiro, a nova página, com um *layout* mais leve, dá maior visibilidade ao sistema de busca e ao banco de notícias, dispõe as matérias por horário de implantação e avança em termos de navegabilidade. O objetivo do novo projeto, desenvolvido por técnicos e jornalistas da própria agência, é proporcionar aos leitores acesso mais fácil e mais rápido às informações sobre o processo legislativo.

A Agência Senado, em funcionamento há mais de dez anos, tem suas informações utilizadas por centenas de veículos de comunicação do país. A evolução do número de acessos à página, de acordo com Valéria, reflete essa realidade: um milhão de acessos no ano de 2004; 3,5 milhões em 2005; 6 milhões em 2006 e uma projeção de mais de 10 milhões para 2007.

Entre as principais novidades estão: notas curtas e matérias



Novidades no site tornam mais fácil o acesso às informações

dispostas na mesma página, por ordem cronológica; apresentação das cinco mais recentes notícias na página principal; lista de editoriais mais visível; e *menu* principal enxuto.

Outras mudanças são a ferramenta de pesquisa de notícias – que está em local mais visível, na página principal, com mecanismo mais simples e claro de busca; a política de privacidade, que está mais detalhada; e a presença do mapa do site. A nova página ganhou ainda um *banner* rotativo com chamadas em inglês e em espanhol para a página internacional, que também teve seu desenho modificado acompanhando o novo projeto gráfico da agência.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Em debate, formas de democratizar a comunicação

Das 8h30 às 18h30, hoje e amanhã, o Senado e a Câmara realizam a Conferência Nacional Preparatória de Comunicações: Uma Nova Política para a Convergência Tecnológica e o Futuro das Comunicações, reunindo representantes do setor público,

do mercado e da sociedade, além de autoridades estrangeiras. Hoje, estarão em discussão as políticas internacionais em prol da convergência. Amanhã, radiodifusão, inclusão digital e desenvolvimento tecnológico e industrial são os temas do debate.



## Pauta do Plenário está trancada por cinco medidas provisórias

Às 14h, os senadores podem votar duas medidas provisórias e três projetos de lei de conversão que trancam a pauta. Entre eles, o PLV 27/07, proveniente da MP

377/07, que cria 660 cargos em comissão no Executivo Federal e a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, no âmbito da Presidência da República.

## Pregão eletrônico na pauta da CAE

O primeiro dos 13 itens da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne às 10h, é o projeto que amplia o uso do pregão eletrônico no setor público, alterando a Lei de Licitações (Lei 8.666/93). Também deverá ser analisada proposição que modifica a Lei

do Cheque (Lei 7.357/85) a fim de coibir a prática indevida e irregular da sustação de cheques emitidos e que não tenham sido objeto de furto. Ainda em pauta, o projeto que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos itens de segurança veicular.

## CPI ouve depoimentos sobre irregularidades na Infraero

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo ouve, às 11h, os servidores da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) Tércio Ivan de Barros, Roberto Spinelli Júnior e Adenhauer Figueira Nunes.



## CMA avalia política de combate à desertificação

A partir das 11h30, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) reúne-se para analisar sete proposições. Estão em pauta os substitutivos ao projeto de lei que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e ao projeto que classifica como

prática abusiva ao consumidor a adoção da sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista. Em seguida, a CMA sedia reunião da Subcomissão Temporária sobre o gerenciamento de Resíduos Sólidos para analisar requerimentos.

## Comissão de Educação discute ensino superior

A Comissão de Educação (CE) reúne-se, às 11h, para analisar 14 matérias, entre elas projeto que determina a participação da União no financiamento das instituições de educação superior mantidas pelos estados, com o

objetivo de aumentar a oferta de vagas e a qualidade dos cursos. Também em pauta, substitutivo a projetos que alteram os processos seletivos para ingresso nas universidades públicas, instituindo programas de avaliação seriada.



## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Weiller Diniz

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Site:* [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - *E-mail:* [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior, Tião Viana e Mão Santa



Leopoldo Silva



Gilvam Borges cobra a adoção de um “novo e moderno” sistema tributário

## Excesso de leis e tributos prejudica o Brasil, diz Gilvam

Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou ontem que o excesso de burocracia, leis e tributos prejudica o Brasil, fazendo com que o país perca espaço em relação às nações mais competitivas do mundo. Para o senador, o governo precisa discutir a adoção de um “novo e moderno” sistema tributário, que possibilite o ingresso de milhares de pequenas e médias empresas na economia, com a conseqüente geração de emprego e renda.

– Isso só se fará quando a União, os estados e os municípios se colocarem de acordo sobre o sistema que mais interessa ao país e seus cidadãos. Nesse momento, poderá surgir a reforma tributária que vai ajustar os destinos da nação – observou.

O senador ressaltou estudo recente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) demonstrando que já foram editadas mais de 3,3 milhões de normas “para reger a vida dos brasileiros”, no período que vai da promulgação da Constituição de 1988 aos dias atuais.

Ele citou ainda relatório do Banco Mundial, intitulado *Fazendo Negócio em 2006: Criando Empregos*, segundo o qual o Brasil ocupa o 119º lugar na relação das 155 nações que mais registram facilidades na abertura de negócios.

### Empenho

Gilvam Borges cobrou empenho dos parlamentares na aprovação de uma reforma tributária e de matérias que possam contribuir para o desenvolvimento do país.

– Lamentável que o Brasil, por mais de cinco meses, tenha caído em uma profunda crise política, fabricada e gerenciada por fatos e forças que se contrapunham à necessidade de pautar as matérias mais importantes da nação. Não podemos nos ater a uma pauta evasiva, falha, que não nos leva a implementar as reformas estruturais urgentes de que nós tanto precisamos – concluiu.

Papéis se invertem: contribuição defendida pelo PT (que a condenava no passado) é bombardeada pelo DEM e pelo PSDB

# CPMF pode enfrentar resistência no Senado

“Prorrogar a CPMF no Senado não vai ser fácil. Vai ser uma guerra.” A frase do senador Delcídio Amaral (PT-MS), dita em entrevista à imprensa, resume o clima no Senado à espera da proposta de emenda à Constituição (PEC 50/07) que prorroga até 2011 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

A proposta ainda se encontra em votação na Câmara e, no Senado, o maior partido de oposição – DEM – já anunciou que fechará questão contra a aprovação da CPMF. O PSDB, segundo maior partido opositor, também não mostra boa vontade com a prorrogação. Os dois partidos têm 30 senadores e, se forem acompanhados por mais três parlamentares, são capazes de impedir a votação da PEC, a qual precisa do voto favorável de 49 dos 81 senadores para ser aprovada. Pelo menos cinco senadores de outros partidos já anunciaram a intenção de votar contra a renovação da contribuição.



“É um péssimo tributo”, condena Jarbas Vasconcelos

– A CPMF é um péssimo tributo. Ela desestimula o crédito, eleva os custos e afeta negativamente toda a cadeia produtiva. Além disso, manter a CPMF é autorizar o governo Lula a continuar aumentando seus gastos, sem nenhum controle – afirmou o peemedebista Jarbas Vasconcelos (PE).

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), rebateu os opositores.

– A CPMF financia os gastos com a saúde e o programa Bolsa Família. Sem ela, os gastos sociais correm riscos. Ao invés de reduzir ou extinguir a contribuição, o governo prefere reduzir



“Sem ela, os gastos sociais correm riscos”, alega Ideli

impostos de setores produtivos que precisam de incentivos – justificou a senadora.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o relator da PEC na Câmara, deputado Antonio Palocci (PT-SP), já estiveram no Senado discutindo com os líderes da base do governo como encaminhar as negociações. Nos últimos dias, foi descartada a idéia de alguns líderes de patrocinarem possíveis alterações no conteúdo da proposta com o objetivo de arregimentar votos, inclusive entre opositores. O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), chegou a admitir um “abrandamento” da

contribuição “no futuro”. Agora, o governo insistirá na prorrogação por mais quatro anos, com a atual alíquota de 0,38%. Como compensação, negociará a redução de outros impostos de áreas estratégicas.

Quando chegar ao Senado, provavelmente no próximo mês, a PEC da CPMF terá de ser examinada pelas comissões de Assuntos Econômicos

(CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A base do governo tem maioria nas duas, mas a CCJ é presidida pelo opositor Marco Maciel (DEM-PE), que pode indicar outro opositor para relatar a matéria, o que representará uma pedra a mais no caminho da proposta.

Na madrugada da última sexta-feira, a matéria foi aprovada pela Comissão Especial da Câmara, sem qualquer mudança significativa. Naquela Casa, o governo tem maioria tranqüila, o que pode permitir sem maiores problemas a aprovação da PEC pelo Plenário.

## Contribuição reforçou os cofres federais em R\$ 278 bilhões

Criada durante o governo Itamar Franco (1993) com o nome de “imposto provisório”, a CPMF teve uma existência tumultuada nesses 14 anos. Sua cobrança chegou a ser suspensa em 1993 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por inconstitucionalidade, e já foi renovada por quatro vezes, quando também teve quatro alíquotas diferentes – de 0,2% a 0,38%. Ela deixou de existir por um ano (1995) e renasceu no ano seguinte, patrocinada pelo então ministro Adib Jatene, da Saúde, que queria aumentar as verbas para o setor.

Nesse período, a CPMF levou para os cofres federais R\$ 278 bilhões (corrigidos pelo IPCA), mas nem tudo foi aplicado em saúde, assistência social e combate à fome. Levantamento do *site* Contas Abertas, especializado em examinar os gastos do governo, informa que R\$ 33,5 bilhões da arrecadação de 1997 a 2006 ficaram no caixa do Tesouro e ajudaram a formar o superávit primário, para pagamento de juros da dívida pública.

Esse dinheiro foi retido confor-

### Um caso de amor e ódio

A CPMF é amada pelo governo e odiada pelos empresários.

O governo argumenta que não pode ficar sem sua arrecadação – neste ano, serão aproximadamente **R\$ 35 bilhões**, ou cerca de **8,5%** de tudo que irá para o caixa da União.



Os empresários contra-argumentam que a CPMF é um tributo que afeta a economia, pois é cobrado em cascata em todas as fases da produção. Em alguns casos, soma até **3%** do custo de um produto.

me manda a Desvinculação das Receitas da União (DRU), emenda constitucional da era Fernando Henrique Cardoso que autoriza o governo a usar livremente 20% das destinações obrigatórias previstas na Constituição. A DRU, por sinal, também está sendo prorrogada na mesma emenda constitucional da CPMF.

A CPMF é um tributo defendido com unhas e dentes por aqueles que se encontram no governo, mesmo que pouco tempo antes tenham bradado contra sua criação. O PT, que hoje a defende, evitou dar votos no passado para

sua prorrogação. O PSDB, que hoje se junta ao DEM contra o tributo, por três vezes enfrentou no passado parlamentares contrários à contribuição. Quem está no governo sempre alega que não pode ficar sem sua arrecadação – neste ano, serão aproximadamente R\$ 35 bilhões, ou cerca de 8,5% de tudo que irá para o caixa federal.

É uma contribuição amada por quem está no governo federal, mas odiada por empresários e boa parte dos economistas. Eles entendem que se trata de um tributo que afeta a economia, pois

é cobrado em cascata em todas as fases da produção, podendo somar, em alguns casos, até 3% do custo de um produto.

### Defesa e crítica

Quem defende a CPMF diz que ela é cobrada apenas de quem movimenta dinheiro nos bancos e, por isso, contém um viés de justiça social. Os economistas e empresários retrucam, ponderando que todo empresário é obrigado a repassar o tributo ao preço final de seus bens e serviços, que são comprados indistintamente por ricos ou pobres.

Há ainda os que lutam para que os recursos da CPMF sejam divididos pela União com os estados. Porém, enfrentam um obstáculo: ela é uma “contribuição”, e não um “imposto” – as contribuições ficam integralmente nos cofres federais. Mesmo assim, alguns governadores, liderados por Eduardo Campos, de Pernambuco, levantaram a bandeira da divisão da contribuição, mas o Palácio do Planalto rejeitou a pretensão. Caso ela seja compartilhada com os estados, reduzem-se as chances de que um dia seja extinta.

Senadores defendem fim de votações e de sessões secretas, tema de vários projetos que tramitam no Senado. Mão Santa critica procedimentos no caso Renan

## Alvaro Dias defende prioridade para voto aberto no Congresso

Após classificar de “patética e melancólica” a sessão secreta do Senado que resultou na absolvição do presidente Renan Calheiros, na semana passada, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) fez um apelo para a votação prioritária de duas propostas que considerou como “essenciais ao resgate da confiança da população brasileira na instituição”. São elas a proposta de emenda à Constituição (PEC 50/06), do senador Paulo Paim (PT-RS), que põe fim ao voto secreto no Congresso no julgamento de processo de cassação de mandato por quebra de decoro parlamentar; e o projeto de resolução do Senado (PRS 55/07), dos senadores petistas Delcídio Amaral (MS) e Eduardo Suplicy (SP), que torna abertas as sessões de discussão e votação de perda de mandato parlamentar.

– Aquele espetáculo provocou revolta e fez com que a população descreditasse ainda mais nas instituições públicas, seja pelos escândalos de corrupção, seja pelo modelo político que premia quem usa instrumentos escusos para alcançar o poder – afirmou Alvaro.

### “É hora de tirar da Constituição o que virou lixo histórico”, diz Sibá

Sibá Machado (PT-AC) manifestou ontem seu apoio às mudanças constitucionais e regimentais necessárias ao fim do voto secreto em processos de cassação de mandato parlamentar. Ele lembrou que o senador Tião Viana (PT-AC) foi autor de uma proposta de emenda à Constituição, em 2001, que extinguiu o voto secreto nessas condições. No entanto, observou Sibá, a proposta foi derrotada em votação realizada no Senado em 2003, com um placar de 29 votos favoráveis, 37 contrários e 3 abstenções.

– E muitos dos que votaram contra naquela época hoje sobem à tribuna para chamar o voto secreto de excrescência constitucional. Não posso considerar excrescência o que alguns juristas consideraram o supra-sumo da democracia – opinou.

Na avaliação do senador, manter nesses níveis o debate em



Alvaro: em vez do Senado, deve-se extinguir a corrupção

Na opinião do parlamentar, o governo do presidente Lula atuou para que a crise no Senado se mantivesse de pé, numa suposta estratégia para se manter longe dos holofotes da mídia.

Sobre a defesa de extinção do Senado feita pelo presidente do PT, Ricardo Berzoini, e apoiada por parcela da população, Alvaro Dias ponderou que o país precisa é extinguir a corrupção, a mediocridade, a covardia da ausência de transparência e ressuscitar a credibilidade popular em uma instituição essencial para a vi-

gência do estado democrático de direito.

Segundo ele, o voto aberto é essencial à fiscalização popular da atuação parlamentar, permitindo aos eleitores condenar aqueles que não correspondam às suas expectativas. Conforme informou, a oposição está disposta a votar matérias de interesse do governo desde que a negociação passe pela prioridade de votação da PEC 50/06 e do PRS 55/07. Alvaro ressaltou que, enquanto

Renan Calheiros estiver à frente da Presidência do Senado, essa negociação será feita diretamente com a liderança do governo.

Ainda sobre a votação de matérias em Plenário, ele adiantou a recusa dos opositoristas em votar medidas provisórias que consideram não atender aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência. Nesse sentido, Edison Lobão (DEM-MA) fez um *mea-culpa* e criticou o Senado por aprovar, em vez de rejeitar, MPs consideradas inconstitucionais.



Sibá: muitos dos que votaram contra mudança em 2003 hoje a defendem

são os covardes que não querem mostrar a cara – frisou.

Paulo Paim (PT-RS) assinalou que a PEC 50/06, de sua autoria, que também acaba com o voto secreto, está pronta para ser votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tem como relator Tasso Jereissati (PSDB-CE).

João Pedro (PT-AM) lembrou que o PT votou secretamente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar quando foi decidida a perda do mandato do senador Luiz Estêvão.

## Mudança começou a ser discutida após a cassação de Luiz Estêvão

Três meses após a cassação do mandato do então senador Luiz Estêvão, ocorrida em junho de 2000, o senador Tião Viana (PT-AC), atual vice-presidente do Senado, desafiou a Casa a discutir o voto aberto em processos de cassação de mandato por quebra de decoro parlamentar. Em março de 2003, substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda à Constituição 38/00 foi rejeitado com 37 votos “não”, 29 “sim” e 3 abstenções, o que levou a matéria a ser arquivada.

O tema voltou à baila, na semana passada, com a derrubada do projeto (PRS 53/07) que recomendava a perda do mandato do presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar, também em sessão secreta de discussão e votação.

De lá para cá, outros senadores trataram de colocar novamente o assunto em pauta na Casa. A proposta mais antiga em tramitação é a PEC 38/04, do então senador Sérgio Cabral. A PEC estabelece o voto aberto não só nos casos de perda de mandato, mas também

na aprovação ou exoneração de autoridades e na apreciação de vetos do presidente da República a projetos de lei.

Em 2006, foi a vez do senador Paulo Paim (PT-RS) apresentar a PEC 50/06 para também pôr fim ao voto secreto no Congresso. Paim avalia que a retomada da democracia torna desnecessária a ocultação do voto para livrar o parlamentar de eventuais represálias por suas opiniões.

Já a abertura das votações relativas a perda de mandato proposta na PEC 86/07, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), espelhou-se nas sessões abertas promovidas pela Câmara para votar a perda de mandato de parlamentares envolvidos no esquema do mensalão e na máfia das ambulâncias.

Ao longo das últimas semanas, os senadores com propostas em prol do voto aberto defenderam a iniciativa. Na última quinta-feira, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou requerimento de Paim para uma discussão ampla sobre todos os casos previstos na Constituição em que se exige votação secreta no Congresso.

## Mão Santa aponta erros no julgamento de Renan Calheiros

O senador Mão Santa (PMDB-PI) apontou erros no processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. O parlamentar afirmou que “o julgamento nasceu torto desde o começo”, uma vez que, quando surgiu a denúncia, o Conselho de Ética nem sequer estava instalado.

Mão Santa também criticou a indicação de Sibá Machado (PT-AC) para a presidência do conselho. Enfatizou as qualidades de Sibá, mas ressaltou que aquela posição não era adequada para o senador acreano, já que há na Casa vários juristas. Disse que o escalado deveria ter sido Pedro Simon (PMDB-RS) – na opinião de Mão Santa, o parlamentar com “mais caminho rodado de virtude e de dignidade”.

Outro erro apontado por ele foi a indicação, como relator, do senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA), de 86 anos.

– Se [o ministro] Sepúlveda Pertence, o melhor símbolo da Justiça, foi afastado [do Supremo] porque fez 70 anos, por que é que foram buscar um de 86 anos? – indagou.



Mão Santa critica processo com três relatores e poucas opções de punição

Erro mais grave, avaliou Mão Santa, foi instituir uma comissão de três para fazer o relatório.

– Nunca houve na história da Humanidade tamanha palhaçada. Até a sabedoria popular diz que um é pouco, dois é bom e três é demais – afirmou.

Mas o pior erro, opinou, foi encaminhar à deliberação do Plenário apenas as opções de absolver ou cassar o mandato de Renan.

– Os funcionários públicos têm uma gama de punições. Por que elas não vieram para cá? – questionou o senador.



A quarta representação contra o presidente do Senado pode ser encaminhada hoje a Tião Viana; relatório do segundo processo será examinado amanhã

## Conselho de Ética examina o segundo processo contra Renan

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se amanhã, às 10h, para analisar o segundo processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar. Em entrevista, o presidente do conselho, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que acabara de sair de uma reunião informal com o relator do processo, João Pedro (PT-AM), informou ontem que a idéia é votar a matéria já na reunião de amanhã.

– Vamos avaliar se o parecer já é suficiente para que os demais membros do colegiado possam fazer uma avaliação do caso e votar no mesmo dia. Caso não apontem a necessidade de ouvir mais alguém ou não peçam vista, podemos encerrar esse assunto no mesmo dia – explicou Quintanilha.

O processo, originado de representação do PSOL e baseado em denúncias da revista *Veja*, investiga se Renan teria intercedido a favor da Schincariol para quitar dívidas da cervejaria junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Receita Federal, depois de a empresa ter pago R\$ 27 milhões por uma fábrica de refrigerantes de seu irmão, o deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL). Na matéria, a revista afirma



Leomar Quintanilha (E) presidente do Conselho de Ética; João Pedro relata representação

que a fábrica estava prestes a fechar e não valia mais do que R\$ 10 milhões.

Questionado pela imprensa, o presidente do colegiado disse ainda que determinará, na reunião de amanhã, o mesmo procedimento de votação secreta que estabeleceu, a princípio, no último encontro, quando o conselho deliberou sobre a primeira representação contra Renan, que apurava se o parlamentar tinha tido contas particulares pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior.

– Se o relatório propuser a perda de mandato, vou adotar sessão secreta para a votação, mas, assim

como no primeiro caso, poderá haver recurso para que o voto seja aberto – afirmou.

O relator da segunda representação, senador João Pedro, informou que ainda está em fase de conclusão do seu parecer, mas que o fato de o primeiro processo ter sido arquivado pelo Plenário em nada compromete a votação desse segundo processo no Conselho de Ética.

João Pedro explicou que, para formar seu juízo, baseou-se apenas na representação protocolada pelo PSOL e na defesa do próprio representado, sem ouvir testemunhas, como defendiam vários senadores.

## Tião Viana espera receber hoje a quarta representação

A nova representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, deverá chegar hoje às mãos do vice-presidente da Casa, Tião Viana (PT-AC), segundo informou ontem o próprio vice-presidente. Assim que estiver de posse da denúncia, relativa à suposta participação de Renan num esquema de arrecadação de recursos para o PMDB em ministérios, Tião Viana convocará reunião da Mesa para “provavelmente acolher” a representação e encaminhá-la ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Tião Viana disse que, embora os partidos de oposição estejam ameaçando não votar a CPMF se o presidente permanecer no cargo, Renan mostrou que irá buscar de forma obstinada um entendimento com a oposição.

Tanto Gilvam Borges (PMDB-



Tião Viana: Mesa analisa denúncia sobre esquema em ministérios

AP) quanto Alvaro Dias (PSDB-PR) consideram frágil a denúncia relativa à Schincariol. Para o senador paranaense, no entanto, os indícios são fortes nas representações que tratam da suposta utilização de terceiros na compra de rádios em Alagoas, de autoria do PSDB e do DEM, e a do suposto esquema de fundos para o PMDB.

## Para Casagrande, licença permitiria volta à normalidade

Para Renato Casagrande (PSB-ES), o presidente do Senado, Renan Calheiros, deveria se licenciar. Ele fez essa afirmação em São Paulo, após audiência pública promovida ontem pela Comissão Especial Mista de Mudanças Climáticas, da qual é relator. Casagrande também foi um dos relatores do processo disciplinar do caso Renan no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Questionado por jornalistas, Casagrande declarou que uma licença permitiria ao Senado “voltar à normalidade”. Segundo ele, enquanto Renan se mantiver no cargo, haverá dificuldades na tramitação das matérias.

– A cada nova denúncia que envolve o presidente da Casa, a instabilidade se projeta no Plenário.

## Mário Couto: “Abstenção é a mais absoluta e cruel covardia”

O senador Mário Couto (PSDB-PA) registrou sua insatisfação diante do resultado da sessão extraordinária do Senado Federal da última quarta-feira, que, por 40 votos contrários, 35 favoráveis e 6 abstenções, rejeitou o projeto de resolução que recomendava a perda de mandato, por quebra de decoro parlamentar, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

O presidente do Senado respondeu a esta primeira representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar por supostamente ter tido despesas pessoais pagas por um lobista.

Para Mário Couto, “há que se lamentar não apenas o resultado da votação, mas a forma como foi realizada – voto secreto, em sessão secreta”, conforme determinam a Constituição federal (art. 55) e o Regimento Interno do Senado (art. 197). Ele defendeu a revisão imediata dessas regras, e criticou, ainda, o recurso à abstenção. Para ele, os seis senadores que fizeram essa opção cometeram a “mais absoluta e cruel covardia com o povo brasileiro”.

– Infelizmente, a crise não acabou. Há mais processos vindo por aí. Por isso, nessas próximas semanas, vamos abrir o voto. É o que a população exige; é o que o Brasil quer – disse.

Ao comentar repercussão, pela



Gerardo Magalhães

Petistas “são verdadeiros lobos vestidos em pele de cordeiro”, diz Mário Couto

imprensa, da decisão do Senado, durante o fim de semana, Mário Couto destacou a coluna semanal do jornalista Elio Gaspari, intitulada “Há 46 senadores no lixo, mas não o Senado”. Ao se referir ao PT, Couto afirmou que o episódio da última quarta-feira “serviu para que muitos dos que se escondiam atrás das máscaras pudessem mostrar suas verdadeiras faces”.

– Será que o PT, outrora, na ansiedade de tomar o poder no país, cometeria o mesmo erro? São verdadeiros lobos vestidos em pele de cordeiro. Que a sociedade brasileira saiba que a oposição, nessa Casa, apesar de ética e respeitosa, não é babaca. Não nos reuniremos mais com Renan Calheiros. Não teremos mais diálogo com o presidente – asseverou Mário Couto.

## Comissão de Orçamento inicia audiências públicas nos estados

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) começa nesta quinta-feira, em Porto Velho, uma série de audiências públicas nos estados para discutir com autoridades locais e a população os projetos do orçamento federal para 2008 e o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011.

Nessas audiências, nas assembleias legislativas, os relatores dos projetos anotam as sugestões de prioridade, repassando as propostas às bancadas de deputados federais e de senadores, para que elas examinem a possibilidade de aceitar as sugestões como emendas ao Orçamento.

Participarão dos debates o presidente da CMO, senador José Maranhão (PMDB-PB); o relator-geral do projeto de Orçamento para 2008, deputa-

do José Pimentel (PT-CE); e o relator-geral do Plano Plurianual, deputado Cláudio Vignatti (PT-SC).

A segunda audiência pública será nesta sexta-feira, na Assembleia Legislativa do Pará, em Belém. No dia 24, os parlamentares estarão em Cuiabá e, no dia 27, vão debater o Orçamento com a população e as autoridades mineiras em Belo Horizonte.

A quinta audiência ocorrerá no dia 1º de outubro, em Fortaleza, e a seguinte em Salvador, no dia 4. No dia 5, os representantes da Comissão de Orçamento viajarão para João Pessoa e no dia 8 estarão em Florianópolis. A última audiência será em Brasília, no Congresso Nacional, quando serão ouvidas as reivindicações da população do Distrito Federal.



## Projeto incentiva criação de peixes em represas

O substitutivo da Câmara ao projeto do Senado que define as responsabilidades dos proprietários de represas para incentivo à piscicultura e ao cultivo natural em suas áreas de atuação deve ser votado hoje pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Pelo substitutivo ao projeto (PLS 57/01), os responsáveis por represas serão obrigados a empreender ações para minimizar os prejuízos que a construção das barragens traz à vegetação e à reprodução dos peixes, bem como para as atividades pesqueiras das populações ribeirinhas. Na justificativa do texto, o autor, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), lembra que a aqüicultura garante não apenas emprego e renda, mas também o fornecimento de alimentos nutritivos e a baixo custo.

Na agenda da reunião de hoje da CMA está, ainda, projeto do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) que define diretrizes para a Política de Combate e Prevenção à Desertificação. A proposta visa estabelecer programas para minimizar os fatores que contribuem para o fenômeno e instituir medidas de apoio ao desenvolvimento sustentável nas áreas ameaçadas.

Também deve ser analisada a proposta de Pedro Simon (PMDB-RS) para que a comissão acompanhe os processos investigativos das 18 instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal por crimes contra o sistema financeiro.

## Stephanes debate problemas da lavoura cacaeira

A requerimento do senador César Borges (DEM-BA), a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado realiza amanhã, a partir das 10h, audiência pública para debater os problemas que a lavoura cacaeira enfrenta na região Nordeste e as possíveis soluções para superar as dificuldades.

Convidado para a audiência, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, deverá detalhar os programas anunciados pelo governo federal para ajudar os produtores de cacau, especialmente por meio de assistência técnica voltada às ações de combate às pragas da lavoura.

Comissão de Educação deve votar hoje, em decisão terminativa, proposta visando à expansão da oferta de vagas e à qualidade dos cursos em instituições de ensino superior

# União poderá ser obrigada a financiar universidade estadual

Projeto estabelecendo que a União deve participar do financiamento das instituições de educação superior mantidas pelos estados, visando à expansão da oferta de vagas e à qualidade dos cursos e programas, deve ser votado hoje, às 11h, pela Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa.

O projeto de Osmar Dias (PDT-PR) recebeu parecer favorável do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A proposta (PLS 2/07) altera um artigo da Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

Constam da pauta da CE mais sete projetos com decisão terminativa, entre eles o PLS 14/07, de Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da comissão, que também modifica a LDB. A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), deu parecer favorável com emendas.



Osmar Dias é autor da proposta que modifica a Lei de Diretrizes e Bases

Com as alterações propostas, o projeto determina que o ensino da Libras será incluído no currículo facultativamente, a partir do ensino infantil, e, obrigatoriamente, desde o sexto ano, pelo menos uma língua estrangeira moderna.

Já o PLS 145/07, de Cícero Lucena (PSDB-PB), obriga o uso de uniforme estudantil padronizado

Rosevelt Pinheiro

nas escolas públicas. Esse projeto, também terminativo na CE, será analisado em turno suplementar e o relator, Romeu Tuma (DEM-SP), deu parecer favorável nos termos de um substitutivo.

Os senadores da CE votam também requerimento solicitando audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater propostas pedagógicas e conteúdos curriculares implementados nos cursos de graduação em Medicina. O autor do requerimento, Papaléo Paes (PSDB-AP), sugere discutir o assunto com Francisco Eduardo Campos, secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde; Milton de Arruda Martins, presidente da Associação Brasileira de Educação Médica; e Edson Andrade, presidente do Conselho Federal de Medicina, entre outros.

## Paim: cotas e ProUni colaboram para o desenvolvimento dos alunos

A política de cotas e o Programa Universidade para Todos (ProUni), de acordo com Paulo Paim (PT-RS), têm contribuído para o desenvolvimento intelectual de milhares de estudantes de baixa renda em todo o país.

– As notas dos alunos beneficiados pelo ProUni são superiores à média, o que é uma prova de que investir no talento dos estudantes de baixa renda também dá resultado – disse Paim, citando dados de matéria publicada neste final de semana pela revista *Época*.

O parlamentar pediu a aprova-

ção de proposta de sua autoria, o PLS 514/07, que prevê a concessão, pelo empregador, de bolsa de estudo aos dependentes de seus funcionários.

A iniciativa, segundo ele, poderá favorecer estudantes que ainda não conseguiram ser atendidos pelo ProUni, em razão da demanda crescente pelo programa.

Paulo Paim também defendeu a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de projeto de sua autoria que garante a liberação do saldo das contas do PIS/Pasep ao participante que



Paim observa que investir no talento dos estudantes de baixa renda dá resultado

tem idade igual ou superior a 60 anos; e da Medida Provisória 382/07, que concede benefícios às indústrias de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de fabricação de móveis, que tramita na Câmara dos Deputados.

Genildo Magela

## Papaléo reclama da política de ensino técnico e superior

O plano de expansão do ensino técnico e superior implementado pelo governo Lula recebeu críticas de Papaléo Paes (PSDB-AP). “O governo planeja a instalação de 214 novas escolas técnicas e um dos estados mais necessitados, o Amapá, só é agraciado com uma delas”, protestou.

O Amapá também ficou de fora, segundo o senador, do



Papaléo pede criação, na Universidade Federal do Amapá, do curso de Medicina

plano de instalação de 48 novos *campi* universitários no país. Das dez novas universidades federais anunciadas, apontou, nenhuma será instalada na região Norte.

Genildo Magela

Papaléo também reivindicou a criação do curso de Medicina na Universidade Federal do Amapá (Unifap), lamentando a inexistência de curso superior nessa área no estado, onde, segundo ele, só há um médico para cada 1,5 mil habitantes.

O senador disse ter apresentado dois projetos que autorizam a criação de escolas técnicas federais no estado – em Macapá (PLS 484/03) e Santana (PLS 341/07) – e o PLS 23/06, que autoriza o Executivo a implantar *campi* avançados da Unifap em quatro municípios do Amapá.



Célio Azevedo

Suplicy propõe que obras até R\$ 3,4 milhões estejam sujeitas ao pregão

## CAE deve votar uso do pregão eletrônico em licitações

A proposta do Executivo para ampliar a utilização do pregão eletrônico nas compras do governo pode ser votada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião às 10h. As mudanças nas regras das licitações públicas (Lei 8.666/93), conforme prevê o projeto, têm por meta dar maior transparência às compras governamentais, combater a corrupção, além de dar maior celeridade na contratação de obras, especialmente as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O projeto (PLC 32/07), aprovado na Câmara, recebeu 38 emendas na CAE. Para debater a matéria, o presidente do colegiado, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), promoveu audiência pública e três reuniões na Liderança do governo. Se aprovado, o projeto vai ao Plenário.

Nos pregões eletrônicos, os fornecedores disputam, em sessão pública, a oferta do melhor preço. Na Câmara, foi fixado em R\$ 340 mil o valor máximo de obras sujeitas ao pregão. No Senado, o parecer da Comissão de Justiça (CCJ) elevou esse teto para R\$ 3,4 milhões, o mesmo valor adotado por Eduardo Suplicy (PT-SP), relator na CAE. Setores da construção civil defendem o teto de R\$ 340 mil. Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), os senadores defenderam um limite ainda mais elevado, R\$ 51 milhões.

### Venda a crédito

A CAE deve examinar ainda outros 12 projetos, entre os quais o PLS 213/07, de Adelmir Santana (DEM-DF), que não considera abusiva a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista, desde que o consumidor seja informado. Se aprovado, o projeto segue para análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Senador relata problema com aeronave da TAM, que resultou no cancelamento do voo que o levaria de Brasília a Aracaju, e cobra maior fiscalização sobre as empresas aéreas

## Mesquita Júnior: manutenção de aviões no Brasil “é um escândalo”

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) considerou a manutenção dos aviões de carreira no Brasil “um escândalo” e afirmou que, depois do acidente da TAM em Congonhas (SP), já “ocorreram dezenas de episódios que poderiam ter gerado uma nova tragédia”. Ele admitiu que hoje tem medo de voar no país e disse que sente saudades da Varig.

Mesquita Júnior contou que sentiu na pele o problema da falta de manutenção nos aviões, ao tentar voar de Brasília para Sergipe. Depois de embarcados, relatou, os passageiros tiveram de esperar que um funcionário da TAM tentasse um conserto na aeronave. No entanto, mesmo com a solução do problema, o piloto cancelou o voo depois de quase 90 minutos, alegando que havia detectado um outro problema, dessa vez no trem de pouso.

– Só vejo autoridades falando



Mesquita Júnior afirma ter medo de voar no Brasil e diz sentir saudades da Varig

de problemas nas pistas dos aeroportos. Não vejo ninguém preocupado com a manutenção das aeronaves. Nossas empresas são as mais lucrativas do setor aéreo e não vejo os órgãos responsáveis fazendo uma fiscalização para valer na manutenção das companhias aéreas. Voar hoje no país é correr sério risco – sustentou.

O senador lembrou que a As-

sociação Internacional de Transporte Aéreo (Iata) entregou, há duas semanas, um relatório de 15 páginas às autoridades brasileiras, em que classifica a aviação civil do Brasil como “instável e ineficiente”, acrescentando que a situação atual compromete a segurança dos vãos. O parlamentar condenou a existência de apenas duas empresas aéreas importantes no país e pediu ao governo que “regionalize a aviação civil” brasileira. Para ele, a Gol e a TAM não têm condições de cobrir todo o território nacional.

Mesquita Júnior pediu desculpas aos participantes do Encontro Internacional do Fórum Universitário do Mercosul, que se realizou em Aracaju, por não ter comparecido ao evento, em razão de problemas do avião em Brasília. Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) também destacou ter saudades da Varig.

## Lobão lê desabafo enviado por ex-comandante da Varig

Edison Lobão (DEM-MA) leu em Plenário trechos de mensagem eletrônica enviada pelo comandante Inácio José Fernandes de Araújo a todos os senadores, na qual ele manifesta seu inconformismo com a situação da Varig.

Na mensagem, o comandante afirma que “12 mil famílias estão ao relento” porque a Varig não preservou seus direitos. Afirma que, depois de 21 anos dedicados à empresa, foi demitido sem nada receber. Lamentou que, após 35 anos de voo, luta agora “de forma quixotesca para resgatar sua dignidade e direito a uma

aposentadoria”.

O comandante diz que a Varig “se perdeu após 80 anos de glória” e lembra que a empresa pertencia à Fundação Rubem Berta, “uma instituição limpa”, constituída pelos próprios funcionários.

– Concordo com ele que a Varig era instrumento de propulsão de nossa imagem no exterior. Oxalá que, com nova direção, que é da empresa Gol, possamos tê-la de volta – afirmou Lobão.

O parlamentar disse que o comandante fez críticas ao Senado, por não ter “consciência de que o voto secreto é um bem e não



Lobão lembra papel da companhia aérea na divulgação da imagem do Brasil

um mal, pois permite a quem vota, votar com sua consciência e não sob pressão de qualquer natureza”. O senador manifestou “a esperança de que onda tão deletéria e tão terrível tenha passado e que possamos voltar a viver os momentos da normalidade”.

## CPI do Apagão ouve funcionários da Infraero

Nesta semana, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo deverá ouvir dois servidores e quatro ex-servidores da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). Os funcionários falarão sobre irregularidades nas licitações da estatal. A CPI realizará reuniões hoje e amanhã, ambas marcadas para as 11h.

Na reunião de hoje, deverá ser

ouvido o assessor especial da Presidência da Infraero, Tércio Ivan de Barros, que suspendeu o contrato de R\$ 26 milhões assinado sem licitação com a empresa de mídia aeroportuária FS3. O contrato é investigado pela CPI. O ex-diretor financeiro da Infraero Adenhauer Figueira Nunes também deve falar hoje aos senadores. Adenhauer é suspeito de ter beneficiado uma segura-

dora que firmou contrato com a Infraero. A comissão toma ainda o depoimento do servidor Roberto Spinelli Júnior.

Amanhã, a CPI deverá ouvir Marco Antônio Marques de Oliveira, ex-diretor administrativo da Infraero; Eleuza Therezinha Manzoni dos Santos Lores, ex-diretora de engenharia da empresa; e José Wellington Moura, ex-diretor comercial da estatal.

## Dornelles critica atuação da Anvisa e defende a extinção da agência

A extinção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi defendida ontem por Francisco Dornelles (PP-RJ). Para o senador, em vez de garantir a segurança sanitária de produtos e serviços, a agência vem criando uma série de entraves burocráticos para o funcionamento de pequenas empresas.

Como exemplo dessa suposta atuação nociva da Anvisa sobre o setor produtivo, Dornelles citou a “violência da ação fiscalizadora” da agência em relação às farmácias de manipulação. Segundo o senador, as farmácias, geralmente microempresas, não têm condições de preencher as exigências impostas, as quais demonstram “um profundo desconhecimento da rotina do setor”.

– O Código Civil Brasileiro tem 2.040 artigos. A Anvisa soltou uma resolução voltada para as farmácias de manipulação com 1.345 itens. Como pode uma microempresa ter condições técnicas de preencher tantas exigências? Isso é a burocracia tentando matar um setor extremamente importante, que emprega grande número de brasileiros, sem nenhuma razão cabível – protestou.

De acordo com Dornelles, se, por um lado, a Anvisa cobra das farmácias de manipulação estrutura física e condições de trabalho incompatíveis com sua condição de pequenas empresas, os prazos concedidos às farmácias para a adaptação às novas regras são muito inferiores aos concedidos às grandes empresas do setor em



Francisco Dornelles condena a ação da Anvisa junto às farmácias de manipulação

condições semelhantes.

Além disso, ainda segundo o senador, ao ditar regras sobre o exercício da profissão do farmacêutico, a agência estaria assumindo atribuições que são de competência do Congresso e do conselho profissional.

– A situação é grave em relação a toda a indústria nacional. Se um produto é licenciado em outro país e pede autorização para ser vendido no Brasil, o processo leva, às vezes, mais de dois anos. A Anvisa não tem razão de existir; se tornou um cabide de empregos. Quando a discussão sobre as agências reguladoras chegar ao Senado, apresentarei uma emenda propondo a sua extinção – disse.

Em aparte, o senador Ademir Santana (DEM-DF) observou que é importante ter agências reguladoras fortes em setores que foram recentemente privatizados, mas concordou que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária estaria “exorbitando de suas atribuições” ao atuar como instituição legisladora.

## Congresso sedia conferência que discute o futuro das comunicações

Durante a abertura da Conferência Nacional Preparatória de Comunicações: Uma Nova Política para a Convergência Tecnológica e o Futuro das Comunicações, ontem, o presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, declarou que, além de discutir as tendências do mercado privado de comunicação, o evento servirá para debater a situação do sistema de rádio e televisão público, que está prestes a ser implantado no Brasil.

Por sua vez, o presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, Wellington Salgado (PMDB-MG), disse que todos têm consciência do momento de grande mudança pelo qual passam as tecnologias de comunicação. Ele ressaltou que

as expectativas são grandes e as promessas atraentes, mas também há uma grande insegurança com relação ao que fazer.

– Precisamos desenvolver novos padrões, regras e modelos que façam frente às mudanças que se anunciam, para tirar delas todo o potencial – opinou Wellington.

Também participaram da abertura do evento, entre outras autoridades, o ministro das Comunicações, Hélio Costa; o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Franklin Martins; e o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, deputado Júlio Semeghini (PSDB-SP).

Os debates prosseguem hoje, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara, e amanhã, no Auditório Petrônio Portela, do Senado.



## Seminário discute Poder Legislativo

Especialistas nacionais e internacionais participam a partir de hoje do Seminário Internacional Estudos sobre o Legislativo, que discutirá temas pertinentes ao Poder Legislativo. Assuntos como democracia, cultura política, organização e funcionamento do Legislativo, representação, participação, reforma política e comunicação política serão abordados durante o seminário, em cinco mesas de discussões. A primeira, marcada para as 9h, enfocará o tema “Democracia e Cultura Política”.

O evento, que será realizado no Auditório Dois Candangos da Faculdade de Educação da UnB até quinta-feira, é uma promoção do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) do Senado Federal, do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados e do Departamento de Sociologia da UnB.

Participarão da cerimônia de abertura do seminário o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, a diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi, entre outros.

## Imagens de satélite do Brasil estão em exposição no Senado

Desde ontem até a próxima sexta-feira, a exposição *Brasil visto do espaço pelo CBERS* está aberta a visitação no salão próximo ao Túnel do Tempo, localizado nas dependências do Senado. Na exposição, são exibidas imagens tiradas pelo Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) de todas as capitais brasileiras.

O CBERS é uma parceria entre Brasil e China, que prevê o lançamento de mais três satélites – dois já foram lançados – até o ano de 2011. O próximo satélite, o CBERS-2B, vai ser lançado ainda nesta semana. No Brasil, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) é responsável por testar o satélite, que vai ser lançado de uma base chinesa.

Segundo o *site* do programa CBERS, as imagens produzidas pelo satélite são distribuídas gratuitamente a mais de 1.500 instituições, e contribuem para o controle do desmatamento e das queimadas na Amazônia e para o monitoramento de recursos hídricos, entre outros usos.

Para representante do empresariado, falta de legislação para comercialização de créditos de carbono afugenta investidores



Renato Casagrande (C) participa de debate promovido pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas na sede da Fiesp, em São Paulo

# Empresários cobram definição de regras para mercado de carbono

A ausência de uma regulamentação para o mercado brasileiro de créditos de carbono foi um dos temas da audiência pública realizada ontem, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista. O encontro foi promovido pela comissão especial do Congresso que trata das mudanças climáticas. Para o setor empresarial, um marco legal permitiria, por exemplo, determinar com exatidão a natureza jurídica desses créditos e, portanto, qual a tributação incidente sobre a venda de tais títulos.

O mercado de créditos de carbono foi criado oficialmente em 1997, quando foi assinado o Protocolo de Kyoto, o qual estabeleceu metas de redução de emissões de dióxido de carbono para os países mais industrializados do planeta. Para que esses países consigam atingir suas metas, o protocolo lhes permite comprar de outras nações, como o Brasil, os chamados créditos de carbono – certificados vinculados a empreendimentos que reduzam a emissão desses gases.

O relator da comissão sobre mudanças climáticas, senador Renato Casagrande (PSB-ES), está entre os que defendem uma

regulamentação para o mercado brasileiro, ainda incipiente. Ele argumenta que isso é necessário para que “não haja diferentes critérios para a comercialização dos créditos”.

Outro defensor da regulamentação, Marco Antonio Fujihara, membro do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp, afirmou que a federação identificou uma série de oportunidades de negócio nesse novo mercado, mas ressaltou que a falta de uma legislação específica representa um risco para os investidores em potencial.

– Mercado bom é mercado regulado, no qual as pessoas conhecem as regras do jogo, sabem onde estão, como pagar e como receber – declarou, acrescentando que atualmente o país apresenta um “risco regulatório” muito alto.

### Pacto

O deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ), também favorável à regulamentação, disse que é preciso “formar uma aliança”, que inclua o empresariado nacional, para agilizar a aprovação de uma legislação específica no Congresso.

– Se não houver uma decisão do governo brasileiro ou do

Parlamento, a regulamentação não sairá em um prazo normal – justificou ele, frisando que “o Protocolo de Kyoto não vai esperar”.

### Mercado em potencial

Segundo Marco Antonio Fujihara, da Fiesp, os mercados europeus de energia e de créditos de carbono “andam juntos”, já que a energia elétrica gerada na Europa provém principalmente de termelétricas, as quais liberam dióxido de carbono durante o processo.

– Eles [os europeus] têm de comprar créditos de carbono devido às suas emissões, que são intensas, por exemplo, durante o inverno – destacou ele.

Fujihara lembrou que esse ainda não é o caso brasileiro, porque a energia elétrica gerada no país é produzida predominantemente em hidrelétricas, as quais liberam pouco dióxido de carbono. Ele enfatizou, porém, que daqui a algumas décadas, a composição da matriz energética nacional poderá ser diferente, com maior participação de termelétricas.

– Precisamos ter clareza de como vamos operar nesse novo modelo – alertou o representante da Fiesp.

## Fiesp defende meta voluntária para reduzir emissões

A Fiesp é contra o estabelecimento de metas, por meio da lei, para redução da emissão de gases que agravam o efeito estufa. A afirmação, feita ontem durante audiência promovida pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso, é de Nelson Pereira dos Reis, diretor do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp.

– As metas devem ser incentivadas de forma voluntária e por meio de uma política, em vez de serem estabelecidas em lei – opinou ele.

Nelson Reis, assim como o relator da comissão, senador Renato Casagrande, argumentam que a imposição de limites legais poderia prejudicar o desenvolvimento do mercado de crédito de carbono nacional, ainda incipiente.

Como alternativa, Casagrande defendeu a adoção de critérios setoriais no país. Ele citou, como exemplo, a definição de limites específicos para a redução de emissões no setor de siderurgia e na indústria de alumínio, além de metas para a diminuição do desmatamento. O senador também ressaltou, assim como o diretor da Fiesp, que tais alvos poderiam ser definidos em uma política nacional.

### Queimadas

Casagrande assinalou que, no Brasil, 75% das emissões de gases que agravam o efeito estufa são provocadas por desmatamentos e queimadas, principalmente na Amazônia. Essa situação, frisou ele, é o inverso do que ocorre no planeta, pois a queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, é a principal causa do aumento da temperatura em âmbito global.

– O governo federal precisa adotar metas de redução do desmatamento – reiterou o senador.

Casagrande observou ainda que, apesar de dispor de uma matriz energética extremamente limpa – baseada principalmente em hidrelétricas –, se comparada com a das nações desenvolvidas, na qual as termelétricas têm um peso muito maior, o Brasil se apresenta como o quarto maior emissor de gases do mundo.

– Diante desse fato, surgem pressões para que o país assuma, no cenário internacional, metas de reduções de emissões junto com países como China e Índia – observou o senador.